

Bolsonaro monitora greves e corta salários em mais um ataque aos servidores

O presidente **Jair Bolsonaro** (ex-PSL) ataca mais uma vez os direitos dos **servidores públicos federais**. Desta vez, ele quer impedir os servidores de lutar por melhores **salários e condições de trabalho**. Uma instrução normativa do governo federal, de maio deste ano, colocada em prática agora, prevê o **monitoramento** de movimentos grevistas dos servidores e desconto dos dias parados.

É evidente que tanto Bolsonaro quanto seu ministro da Economia, Paulo Guedes, transformaram os **servidores públicos** em seus alvos principais, afirma Sérgio Ronaldo da Silva, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras no Serviço Público Federal (Condsef).

“Cada dia fica mais caracterizado o que Guedes falou sobre os **servidores**, que ia colocar uma granada no bolso do inimigo”, afirmou o dirigente em referência à declaração do ministro, dada em uma reunião ministerial no dia 22 abril de 2020, quando anunciou a proposta de suspender por dois anos os reajustes salariais de servidores públicos.

Monitoramento de greve

Pelo sistema de controle implantado pelo governo Bolsonaro, que é on-line, órgãos públicos deverão informar ao governo sobre as greves e trabalhadores que aderirem terão os dias parados descontados de seus salários. A medida afeta todos os órgãos da administração pública direta, como ministérios, agências reguladoras e até mesmo universidades, que possuem autonomia.

O texto da instrução normativa diz: "Constatada a ausência do servidor ao trabalho por motivo de paralisação decorrente do exercício do direito de greve, os órgãos e entidades integrantes do Sipep - Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - deverão processar o descon-

to da remuneração correspondente".

Para o secretário Geral da Condsef, a medida não é necessariamente uma novidade. Ele explica que ataques como este são característicos do governo Bolsonaro, que flerta com o autoritarismo e atua para que suas decisões sejam impostas à sociedade brasileira.

“Desde 2019, quando assumiu a presidência, ele vem atacando direitos com medidas provisórias, decretos, instruções normativas, atropelando todo e qualquer processo democrático. Isso é autoritarismo e Bolsonaro é assim porque não tem capacidade de lidar com o contraditório”, critica o dirigente.

É perseguição, diz Dieese

Em entrevista ao Jornal Brasil Atual, **Fausto Augusto Junior**, diretor técnico do **Dieese** reforçou que a instrução normativa “é mais uma das ações de perseguição ao movimento sindical, que precisam ser coibidas e enfrentadas”.

Ele lembra também os sindicatos são “bases da democracia e precisam ser protegidos, com direitos garantidos. E um deles, certamente, é o direito de greve”.

Fausto Augusto Junior lembra que costumeiramente as paralisações no setor público são sucedidas por negociações sobre o desconto ou reposição dos dias parados.

Sérgio Ronaldo, da Condsef, lembra ainda que o direito de greve dos servidores públicos foi garantido na Constituição de 1988, mas desde então não foi regulamentado. O Supremo Tribunal Federal (STF), já teve o entendimento de que se aplicam ao setor público, as mesmas regras da iniciativa privada.

O que fazer?

Assim como cita Fausto Augusto Jr, do Dieese à Rede Brasil Atual, Sérgio Ronaldo também afirma que o momento é de não deixar

enfraquecer a mobilização dos trabalhadores. Em especial em ano pré-eleitoral.

Momento grave

Não é novidade que a conduta de Bolsonaro tem desestabilizado o sistema político do Brasil e isso resulta em desequilíbrio social ainda maior do que o país já vinha enfrentando desde o governo do golpista Michel Temer, responsável por implementar a política de destruição que se exacerba com Bolsonaro.

Seu governo a cada dia se deteriora mais, por conta dos mais diversos fatores como o fracasso no enfrentamento à pandemia, a caótica condução da economia que tem resultado em aumento do desemprego, empobrecimento da população e no descontrole dos preços de alimentos e combustíveis.

Esse enfraquecimento, refletido nas pesquisas de opinião que mostram aumento na taxa de rejeição do presidente. Segundo Sérgio Ronaldo, este quadro é que faz com que Bolsonaro flerte cada vez mais com o autoritarismo característico dos anos de chumbo no Brasil, - a ditadura militar (1964/1985).

“O momento é realmente grave. O DNA de Bolsonaro é esse. Ele não tem nenhum pudor em fazer tudo que faz. O governo está atolado de militares. Bolsonaro já colocou mais de 11 mil no governo. Pelo menos seis mil destes cargos deveriam estar ocupados por civis e não por militares”

Por outro lado, diz o dirigente, Bolsonaro, enquanto ataca a democracia, usa dinheiro público para promover manifestações em seu favor. Em reportagem da Folha de SP, a Secretaria de Segurança Pública do estado (SSP/SP), afirma que os custos das manifestações feitas pelo presidente em cidades paulistas já superam R\$ 1,2 milhão.

Fonte: CUT / Edição: Marize Muniz



Fim das férias previsto na MP 1045 aumenta transtornos mentais, alerta psicanalista

Desde que Jair Bolsonaro (ex-PSL) assumiu a presidência da República os ataques aos direitos dos trabalhadores não param. Se não consegue instituir programas que precarizam as relações de trabalho como o caso da **Carteira Verde e Amarela**, que caducou porque o Congresso Nacional deixou de votar, por entender que era prejudicial aos trabalhadores, ele tenta novamente.

Agora é por meio da Medida Provisória (MP) nº 1045, que Bolsonaro quer fazer uma nova reforma trabalhista que retira direitos fundamentais como o 13º, o salário mínimo, o FGTS, e ainda diminui valor da hora extra, entre outras maldades.

A MP também acaba com as **férias remuneradas** para jovens trabalhadores de 18 a 29 anos, que estão sem registro na carteira há mais de dois anos. A medida vale também para trabalhadores de baixa renda beneficiárias de programas federais de transferência de renda.

A perda desse direito traz consequências graves para a saúde de trabalhadores e trabalhadoras porque os levará a uma exaustão que provocará o aumento de transtornos mentais, depressão, ansiedade e o temor do desemprego, afirma o psicanalista e professor titular do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), Christian Dunker.

Segundo ele, todos precisam de um período de acomodação, independente da área de trabalho

pelo stress causado, seja pelo desgaste físico ou mental.

“Faz parte da vida se recompor num período sem trabalho. É muito ruim ficar sem as férias, que é um período que chamamos de organizar o futuro. Sem perspectivas no horizonte de organizar a vida, fazer uma viagem, resolver pequenos problemas, descansar, se cria mais desalento, aumenta a falta de iniciativa, de engajamento psíquico no trabalho, o que é péssimo também para as empresas e os negócios”, alerta Dunker.

O psicanalista explica que quando o trabalhador fica sem prospecção de ter férias ele perde a capacidade de fazer determinados sacrifícios que a vida impõe.

“Quando se tem a perspectiva de tirar férias em três, cinco meses, isto dá um fôlego para novos sacrifícios. É pensar ‘opa vão chegar as férias e poderei descansar’. As férias fazem parte do desejo humano de sobreviver”, diz Dunker.

MP é retorno à escravidão

Para o psicanalista, a falta de férias e a precarização em geral da MP 1045, origina outro problema gravíssimo no Brasil, que atinge especialmente os mais pobres que é a prospecção de futuro.

“Se pensarmos no processo histórico de escravidão, quando os nativos de outros países vinham para o Brasil e ficavam desamparados, sem estrutura familiar, e sem serem incluídos na sociedade, eles trabalhavam por qualquer coisa. Esta é uma situação semelhante, só que em outros termos”, afirma.

Dunker reforça que essa reforma trabalhista trará sofrimento às pessoas, com dominação da vida do trabalhador ainda que se pague um salário, mas com o qual ele não consegue sobreviver.

“O trabalhador não vai mais poder sonhar. Este processo só interessa a quem quer usar a mão de obra, é enterrar as formas laborais, é o efeito China, a institucionalização da precariedade que gera números de menor desemprego, mas é um engano, é um golpe contra toda a sociedade”, conclui o psicanalista.

O trâmite da MP 1045

A Medida Provisória (MP) nº 1045 foi aprovada na Câmara Federal no início deste mês, sem que houvesse debates entre as comissões dentro da Casa, e sem ouvir vozes contrárias à MP, da sociedade civil organizada, sindicatos e órgãos como o Ministério Público do Trabalho e Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), entre outros.

Ou seja, a aprovação da MP não só pulou etapas de debates na Câmara como foi aprovada no mesmo dia em que o relator, deputado Christino Aureo (PP-RJ) leu o seu parecer na Casa, num movimento praticamente antidemocrático.

A MP para passar a valer ainda depende da votação no Senado Federal, que tem até o dia sete de setembro para aprovar ou não o seu conteúdo e, depois segue para sanção presidencial.

Fonte: Cut.org.br/noticias

ESTATAIS SÃO DE TODOS.
PRIVATIZAR É PRA POUCOS.



Campanha
em Defesa dos
SERVIÇOS PÚBLICOS

Veja e
divulgue!